

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**

## ***DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS***

### **SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS**

#### **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (SIM-LRF)**

#### **Instrução Técnica nº 21/2003-DCM**

*(Revoga a Instrução Técnica nº 02/2002)*



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

## **INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 21/2003-DCM**

Regulamenta o Provimento nº 48/2002, quanto à apresentação bimestral de informações exigidas nos artigos 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00, pelos Municípios do Estado do Paraná e respectivas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

### **CAPÍTULO I**

#### **APLICABILIDADE**

Art. 1º – O Sistema de Informações Municipais – Lei de Responsabilidade Fiscal, doravante denominado de SIM-LRF, aplica-se aos Poderes Executivo e Legislativo, e respectivas entidades da Administração Indireta.

§ 1º – Nas referências à Administração Indireta estão abrangidos os Fundos cuja contabilidade é descentralizada, os Fundos Previdenciários, as Fundações de Direito Público Interno e as Autarquias Municipais.

§ 2º – As Empresas Estatais Dependentes, tais como definidas pela Lei Complementar nº 101/00, acham-se igualmente obrigadas aos termos desta Instrução Técnica.

Art. 2º – O encaminhamento das informações da Administração Indireta e Empresas Estatais Dependentes será realizado pela Prefeitura Municipal, na qualidade de órgão centralizador do Poder Executivo, sem prejuízo das responsabilidades individuais aplicáveis aos dirigentes de entidades cuja administração é realizada de forma descentralizada.

Art. 3º – As Câmaras Municipais enviarão, de forma individualizada, as informações da gestão fiscal, facultada a remessa pela Prefeitura, no caso de contabilidade centralizada, sem prejuízo das responsabilidades exigíveis do Presidente da Casa Legislativa.

### **CAPÍTULO II**

#### **SISTEMA E ATUALIZAÇÕES**

Art. 4º – O SIM-LRF é disponibilizado às entidades municipais, sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Paraná, como meio facilitador do exercício do controle externo da gestão fiscal, face às exigências contidas na Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º – O sistema estará permanentemente disponível no portal eletrônico do Tribunal de Contas do Paraná, via internet, juntamente com as demais ferramentas acessórias para sua operação.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 2º – As atualizações do SIM-LRF serão divulgadas em destaque no portal eletrônico, considerando-se desta forma cientificados os entes jurisdicionados sobre as alterações ocorridas em sua estrutura e mecanismos operacionais.

Art. 5º – Na elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus demonstrativos, e do Relatório de Gestão Fiscal, aplicam-se, subsidiariamente, as orientações normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, nos termos das Portarias nºs 516/02 e 517/02.

## CAPÍTULO III

### CONTEÚDO

Art. 6º – O SIM-LRF é composto de banco de dados informatizado, contendo informações necessárias à elaboração dos relatórios exigidos nos artigos 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/00, além dos demonstrativos relativos à instituição e arrecadação de impostos, detalhamento da despesa com pessoal e terceirizações de mão-de-obra.

Parágrafo Único – O sistema está subdividido de modo a obter as informações mencionadas no caput, de acordo com a seguinte estrutura:

- I. Tributos Municipais, contendo dados da instituição e arrecadação de impostos da competência tributária dos municípios.
- II. Execução Orçamentária, contendo os dados da execução das receitas e despesas orçamentárias, a partir do exercício de 2000, da apuração dos resultados nominal e primário, da realização de operações de crédito, das inscrições e baixas de restos a pagar, das receitas e despesas previdenciárias e respectivas projeções atuariais, além das aplicações de recursos provenientes da alienação de ativos.
- III. Gestão Fiscal, contendo o demonstrativo da apuração da receita corrente líquida, dos limites e indicação das medidas corretivas adotadas e a adotar para correção dos excessos verificados, relativamente à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, restos a pagar e serviços de terceiros.

Art. 7º – Para fins de publicidade, o sistema disponibilizará os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, nos moldes padronizados através das Portarias 516/02 e 517/02, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único – Os relatórios e demonstrativos previstos nas Portarias mencionadas no caput, enquanto não contemplados pelo sistema SIM-LRF, serão emitidos pelos Entes Municipais mediante utilização de sistemas próprios.

Art. 8º – As informações do SIM-LRF serão utilizadas pelo Tribunal de Contas para fins de publicação, no portal eletrônico da internet, do Relatório de Controle Social, de acordo com modelo instituído pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 9º – Como instrumento facilitador do exercício do Controle Social, o Tribunal de Contas divulgará, na internet, os anexos consolidados e de publicidade obrigatória que compõem o Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, nos termos e prazos definidos nas Portarias 516/02 e 517/02 da Secretaria do Tesouro Nacional, compondo-os a partir dos dados encaminhados bimestralmente através do sistema SIM-LRF.

## CAPÍTULO IV

### PRAZOS – AGENDA DE OBRIGAÇÕES

Art. 10 – As remessas, ao Tribunal de Contas, das informações através do sistema SIM-LRF, serão realizadas bimestralmente, até o 5º dia posterior à publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao bimestre, contados os dias corridos.

Parágrafo Único – Expirando-se o prazo de remessa em dia não útil, o mesmo será postergado para o primeiro subsequente.

Art. 11 – Os prazos para publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos exigidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/00, respeitadas as faixas populacionais, serão divulgados em Agenda de Obrigações.

Parágrafo Único – A Agenda de Obrigações terá vigência restrita ao exercício financeiro, e será atualizada, anualmente, em Instrução Técnica da Diretoria de Contas Municipais.

Art. 12 – Os prazos de publicidade do Relatório de Gestão Fiscal, contidos na Agenda de Obrigações aplicáveis aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, aplicam-se enquanto os Poderes Executivo e Legislativo, individual e cumulativamente, mantiverem-se abaixo dos respectivos limites da despesa total com pessoal e da dívida consolidada.

Art. 13 – A opção pela periodicidade de apuração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal será efetivada no primeiro quadrimestre do exercício, conjuntamente pelos Poderes Executivo e Legislativo, mantendo-se a opção até o encerramento do mesmo.

§ 1º – Exercida a opção pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, e ocorrendo a extrapolação no primeiro semestre, será mantido o regime de apuração semestral naquele exercício, e, para o exercício seguinte, o regime de apuração deverá ser, necessariamente, quadrimestral.

§ 2º – A exigência de opção pelo regime quadrimestral, contida no caput, não se aplica quando ocorrer o integral retorno ao limite ainda no segundo semestre do exercício em que ocorreu a extrapolação.

Art. 14 – Extrapolados os limites, por qualquer dos Poderes, no caso dos municípios com menos de 50.000 habitantes, aplica-se o prazo de publicação quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal, aos Poderes Executivo e Legislativo.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Art. 15 – No mesmo prazo estabelecido no art. 10, desta Instrução Técnica, o Prefeito Municipal efetuará o Registro de Publicação dos Relatórios Municipais mediante Declaração na página do Tribunal de Contas na internet, contendo informações sobre a data e órgão de divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo, e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 1º – A Declaração de Publicidade firmada pelo Prefeito, não desobriga o Presidente da Câmara quanto ao cumprimento das exigências expressas na Lei Complementar nº 101/00, a quem compete, no mesmo prazo do art. 10, enviar ao Poder Executivo comprovação da publicidade do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Legislativo.

§ 2º – Os Entes municipais manterão arquivados os exemplares originais dos órgãos de imprensa, contendo a publicações do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 16 – Enquanto não enviados os dados informatizados e firmada a Declaração de Publicidade, nos termos dos arts. 10 e 15, estará o município impedido da obtenção de certidão negativa, deste Tribunal, para fins de habilitação ao recebimento de transferências voluntárias, e obtenção de empréstimos.

### **CAPÍTULO V**

#### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

Art. 17 – No prazo de dez dias corridos, contados da realização, o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, firmarão Declarações de Realização de Audiência Pública, junto à página do Tribunal de Contas na internet.

§ 1º - A Declaração do Prefeito Municipal conterá:

- I. Nome e data do órgão de divulgação em que foi veiculado o Edital de Chamamento Público para a sessão da Comissão da Câmara onde foi realizada a audiência pública.
- II. Data e hora da realização da audiência.
- III. Local em que foi realizada a audiência.

§ 2º - A Declaração do Presidente do Legislativo Municipal conterá:

- I. Nome e data do órgão de divulgação em que foi veiculado o Edital de Chamamento Público para a sessão da Comissão da Câmara onde foi realizada a audiência pública.
- II. Data e hora da realização da audiência.
- III. Local em que foi realizada a audiência.
- IV. Nome da Comissão da Câmara encarregada do acompanhamento da execução orçamentária e realização da audiência, referida no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/00.
- V. Nomes dos Vereadores componentes da comissão encarregada do acompanhamento da execução orçamentária e realização da audiência.

§ 3º – As atas e pareceres pertinentes à audiência pública, acompanhados de comparativos das metas estabelecidas com as atingidas, e das justificativas quanto à não obtenção dos resultados pretendidos, serão mantidas permanentemente em arquivo junto à referida Comissão.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 18 – Aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, que não elaboraram o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o disposto neste artigo aplica-se a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação da Lei Complementar nº 101/00.

## CAPÍTULO VI

### MANUAL DE INSTRUÇÕES

Art. 19 – O manual de instruções do sistema, instituído na forma dos Anexos I e II a esta Instrução, integra a documentação de “ajuda on line”, e conterá as instruções de operação do sistema, a descrição das funcionalidades e as orientações para preenchimento e importação de dados das diversas rotinas de captação de informações.

Parágrafo Único - A documentação de “ajuda on line” conterá referência aos títulos do manual, e Anexos das Portarias nºs 516/02 e 517/02, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 20 – As atualizações do manual serão comunicadas aos municípios, através do portal eletrônico do Tribunal de Contas na internet, juntamente com a disponibilização das novas versões do sistema.

## CAPÍTULO VII

### PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA GESTÃO FISCAL

Art. 21 - Os dados informatizados contidos no sistema SIM-LRF, subsidiado pelas declarações firmadas na internet relativas ao Registro de Publicação dos Relatórios Municipais e Declaração de Realização de Audiência Pública, receberão parecer conclusivo da Diretoria de Contas Municipais.

Parágrafo Único – Constatada irregularidade, a Diretoria de Contas Municipais instruirá processo para as providências cabíveis, sem prejuízo do exercício do direito do contraditório.

Art. 22 – Verificada a necessidade de emissão de Ato de Alerta, nos termos do Provimento nº 40/00, do Tribunal de Contas, a Diretoria de Contas Municipais reunirá os elementos necessários à autuação de procedimento, protocolando-se junto à Diretoria de Arquivo, Expediente e Protocolo.

Art. 23 – As análises dos relatórios bimestrais, quadrimestrais e semestrais, além dos processos relativos aos Atos de Alerta, após concluído o trâmite, serão anexados à prestação de contas do exercício pertinente.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## CAPÍTULO VIII

### DAS RETIFICAÇÕES

Art. 24 – As retificações dos dados do sistema SIM-LRF serão efetivadas mediante a exclusão e nova remessa do bimestre objeto das alterações.

Parágrafo Único – Quando possível, os ajustes em informações incorretas, de períodos anteriores, serão realizadas mediante complementação ou estorno no último bimestre ainda não encaminhado.

Art. 25 – O Tribunal de Contas acatará pedidos de substituição de dados exclusivamente em relação aos bimestres que ainda não foram objeto de análise conclusiva da Diretoria de Contas Municipais, nos termos do art. 21, desta Instrução Técnica.

Art. 26 – Para fins do art. 7º do Provimento nº 46/2001, a Diretoria de Contas Municipais instruirá os processos com pedidos de retificação que impliquem em revisão dos índices da despesa com pessoal e dívida consolidada, relatando as alterações requeridas e o impacto relativamente aos respectivos limites da L.C. 101/00.

§ 1º - A efetivação das alterações dependerá de autorização do Tribunal Pleno, ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

§ 2º - Verificadas alterações nos índices divulgados no Relatório de Gestão Fiscal, pertinente ao período, bem como do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, deverão ser os mesmos republicados.

## CAPÍTULO IX

### DOS REGISTROS CONTÁBEIS

Art. 27 - Os dados apresentados através do sistema SIM-LRF deverão guardar estrita correspondência com os registros constantes da contabilidade das entidades municipais.

§ 1º - E obrigatória a emissão dos empenhos, dentro do mês de competência, das despesas com pessoal incorridas, inclusive as obrigações patronais decorrentes da legislação aplicável, considerando-se estas despesas processadas, independentemente da realização do pagamento.

§ 2º - No caso de despesas decorrentes de rescisões contratuais ou exonerações, entende-se por competência o mês do efetivo desligamento do servidor.

Art. 28 - As exigências deste título aplicam-se, no que couber, às despesas originadas de contratos ou serviços relativos a terceirizações de mão-de-obra para substituição de servidores públicos, nos termos do art. 18, § 1º da LC 101/00, considerando-se a despesa processada no mês da respectiva competência.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Único – Para fins de apuração da despesa total com pessoal, no caso de emissão de empenhos globais, ou por estimativa, dos contratos de terceirização de mão-de-obra, deverão ser consideradas as parcelas liquidadas no mês da competência.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 – As remessas de informações através do sistema SIM-LRF, serão efetivadas pelo portal eletrônico do Tribunal de Contas na internet, mediante confirmação de senha de acesso disponibilizada aos Poderes Municipais.

Art. 30 – As senhas representam assinatura eletrônica através da qual ficarão estabelecidas as responsabilidades pessoais dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo quanto à exatidão das informações.

Art. 31 – A exatidão dos relatórios e demonstrativos, emitidos através do sistema SIM-LRF, é de estrita responsabilidade das administrações municipais, a quem compete garantir a fidelidade dos mesmos aos registros contábeis, e sua precisão para fins de publicidade.

Art. 32 – Revoga-se a Instrução Técnica nº 02/2002.

*Cumpra-se.*

*Curitiba, 03 de junho de 2003.*

Henrique Naigeboren  
PRESIDENTE